

**RISCOS E MEMÓRIA COLETIVA: ENTRECHOQUES
E COALIZÕES DISCIPLINARES**
**RISKS AND COLLECTIVE MEMORY: CLASHES AND
DISCIPLINARY COALITIONS**

Norma Valencio

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental
Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
Universidade Federal de São Carlos
normaf@terra.com.br

Sumário: Esse texto focaliza, sob uma perspectiva sociológica e ensaística, as dificuldades existentes na aproximação de pesquisadores de diferentes campos disciplinares. Isso ocorre num contexto social mais abrangente que pressiona por mais pesquisas interdisciplinares e pela construção de objetos complexos. É feita uma distinção entre dificuldades de natureza ética e teórico-metodológica. Por fim, a discussão cria bases para considerações sociológicas preliminares sobre aspectos de estudos recentes de A.S. Pedrosa e colaboradores.

Palavras-chave: Riscos, memória coletiva, interdisciplinaridade.

Abstract: An essayistic approach, and from a sociological perspective, this reflection focuses the difficulties in putting together researchers from different disciplines. This occurs in a broader social context that is pressing for more interdisciplinary research and for the construction

of complex objects, as well. A distinction between difficulties of ethical and theoretical-methodological nature is made. Finally, the discussion creates basis for preliminary considerations on sociological issues of recent studies of A. S. Pedrosa *et al.*

Keywords: Risks, collective memory, interdisciplinarity.

Introdução

Tomamos contato inicial com A.S. Pedrosa da forma como todo cientista aprecia que ocorra: através de sua obra. Esperávamos ter tido o privilégio de conversar pessoalmente com o referido cientista por ocasião do Congresso Internacional de Riscos que decorreria na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no ano de 2013; mas, o cancelamento deste evento científico inviabilizou esse intento de aproximação. Seu falecimento precoce, pouco tempo após isso, tornou o afã de estabelecimento de uma interação presencial impraticável. Não nos restou, assim, senão a tentativa de traduzir, através desta sucinta palavra escrita, aquilo que estávamos desejosos de lhe dizer face a face naquela ocasião.

Sua trajetória de investigação, que se iniciou marcadamente em questões específicas de riscos, numa perspectiva da geografia física e em consonância com a sua formação profissional, culminou com uma saliente preocupação com o tema conjunto da memória e da paisagem, que se expressou na valorização das experiências de implantação de ecomuseus. No tratamento desse tema muito recente no debate científico e assaz instigante, as análises geográficas produzidas pelo Prof. Pedrosa e colaboradores tiveram pronunciada interface com as ciências sociais.

O meio científico, em geral, é sabedor de que esses exercícios ousados de intersecção disciplinar envolvem consideráveis barreiras, sendo a maioria delas as de caráter ético seguido das de natureza teórico-metodológica.

As primeiras se referem às diferentes gradações de resistência e discriminação dos próprios pares quando um colega tem um atrevimento para lançar o seu olhar curioso para “fora do quintal” disciplinar e, ainda, tender a aceitar como

legítimos e válidos os processos através dos quais outras disciplinas delimitam ou recortam um dado objeto de interesse comum. Ao longo da história das ciências, pudemos observar a tendência de formação de um *habitus* científico caracterizado pela exigência de rechaço, tácito ou explícito, às disciplinas vizinhas. Assim, quando porventura, um dos pares ousadamente flexibiliza o *habitus*, isso implica em possibilidade de estremecimento das relações internas de confiança; é dizer, o mesmo teria aberto um flanco disciplinar para “contaminações” provenientes de outros saberes e fazeres. Uma vez amainados eventuais ressentimentos internos e havendo compreensão para que um novo *habitus* possa ser instaurado – ao menos, válido ou tolerável para uma parte do grupo –, a próxima barreira a ser vencida é saber lidar de modo colaborativo com esse Outro com quem houve aproximação. Cientistas oriundos de disciplinas potencialmente cooperantes precisam lidar com intrincados encaixes derivados de linhas teóricas e metodológicas, de suas respectivas disciplinas, que são inerentemente diferenciados e pouco permeáveis. Uma parte da comunidade científica foge dessas dificuldades enquanto a outra parte as encara com expectativas otimistas.

No contexto global, no qual as diferentes sociedades, enfeixadas umas nas outras, demandam respostas e soluções a problemas que, inescapavelmente, estão associados a objetos progressivamente mais complexos, tem sido cada vez mais difícil fugir dessas tentativas de aproximação entre as diferentes disciplinas assim como seria ingênuo desconsiderar os entrec choques disso resultantes. A nosso ver, tais desafios foram sendo identificados – pois o tema dos riscos, por um lado, e o da memória e paisagem, de outro, são objetos potencialmente complexos – e gradualmente vencidos pelo Prof. Pedrosa, tarefa que, se não foi concluída, deveu-se às circunstâncias involuntárias que o retiraram tão precocemente do convívio científico.

Em caráter meramente ilustrativo e preliminar em torno dessa discussão, esse texto é iniciado com uma sucinta elucubração acerca de alguns ângulos sociais do choque frequentes entre disciplinas. Em seguida, ressaltar alguns pontos do debate contemporâneo das Ciências Sociais sobre os temas de risco e o de memória. E, por fim, damos destaque a excertos de textos científicos de A. S.

Pedrosa – redigidos individualmente ou em colaboração – para que, com base nas discussões precedentes, o leitor tenha algumas pistas para refletir sobre a luta travada pelo distinto cientista na afirmação da posição disciplinar da Geografia bem como acerca da sua paulatina proximidade com as Ciências Sociais.

Complexidade e estranhamentos entre disciplinas

As últimas décadas têm sido marcadas por reclames sociais, de diferentes segmentos, para que a ciência se envolva progressivamente no enfrentamento de seus desafios e realização de suas aspirações. Da pequena produção agrícola de base familiar ao conjunto habitacional popular, da indústria aeroespacial ao mercado financeiro, uma ampla maioria de pessoas vê com bons olhos a preocupação da comunidade científica com os seus problemas práticos. Tal preocupação se converte em conhecimentos que vão dos fundamentos teóricos à prática experimental ou aplicada e requerem, paulatinamente, a construção de objetos complexos. Os investigadores que os delineiam e sobre os mesmos se debruçam necessitam, assim, ter uma atenção redobrada para com as fronteiras disciplinares uma vez que os vínculos de cooperação precisarão ser estabelecidos com cautela para garantir o adequado balanço entre as suas diferentes teorias e métodos disciplinares de que lançaram mão.

O eminente pesquisador E. Morin (1998) nos lembra que a verdade é sempre maior do que a ciência, de modo que a última deveria evitar sua usual soberba e admitir a possibilidade de agir com uma maior porosidade social, ou seja, disposição contínua para estabelecer trocas e convivência de ideias, a começar, entre as suas diferentes disciplinas constituintes. Longe de facilidades que pareçam, à primeira vista, existir, o exercício de diálogo entre disciplinas desejosas em delinear um objeto complexo não se expressa por meio de uma complementação mecânica de suas visões basilares. Por “vício de origem”, cada qual não dispõe da acuidade visual exigida para esse intento. Assim, esse exercício se desenrola, inicialmente, pela confrontação crítica de cada qual com as suas próprias incapacidades inerentes para lidar com algo que, suspeita-se, seja

maior do que a sua visão original alcança. Essa circunstância de reconhecimento de limitações autoimpostas passa, então, a admitir a presença do Outro o qual, contudo, é dotado de novas possibilidades tanto quanto de estranhezas. Um somatório de estranhezas parciais que se toleram e se associam não resulta numa visão complexa do que quer que seja. Vejamos alguns fatores limitantes nessa associação.

Em seu decurso, um inicial e compreensível mal-estar entre as partes pode evoluir para graves deformações no produto resultante desse encontro. Isso ocorreria caso as partes envolvidas tendessem a simplificar e reduzir demasiadamente o objeto para fazê-lo se ajustar a nortes teóricos e metodológicos enrijecidos. Ou quando os parceiros da disciplina dominante se sentem em condições políticas favoráveis para impingir a sua tonalidade ao objeto de modo a obnubilar deliberadamente as demais visões disciplinares colaborativas, que se sujeitam a isso por conveniência, como ocorre, por exemplo, dentro da chamada *questão ambiental*. É de notar, conforme assevera H. Acserald (2014), que o conhecimento sobre o ambiente está deveras pressionado por um ambiente de conhecimento que naturaliza certas assimetrias no capital social disciplinar, o que tem relação com suas vinculações ou embates com agentes econômicos dominantes. Portanto, os esforços genuínos de aproximação entre disciplinas, com forças equitativas, visando a construção de objetos que as forcem a se aprimorar – indo da inter à transdisciplinaridade –, têm sido muito menos vigorosos do que a opinião pública é levada a crer. Nessa morosa empreitada, as Ciências Sociais têm sido deixadas de lado.

Embora a competência indiscutível área acima para apreender os nexos mais amplos de sentidos da vida social, caracterizar os sujeitos sociais e as suas formas de interação – incluso, no concernente à estrutura e dinâmica das instituições bem como as suas respectivas regras, valores e crenças –, a mesma tem sido sistematicamente relegada em sua contribuição para compor e destrinçar objetos complexos que envolvam o meio social. Tal marginalização resulta no vicejar de interpretações científicas sobre a realidade social que, embora pouco acuradas na compreensão dos sujeitos e processos envolvidos, conseguem prevalecer (N. Valencio, 2015). Convém, contudo, destacar que a busca de uma interface

disciplinar não exige necessariamente a presença de um Outro personificado na figura de um cientista distinto. Uma vez que um cientista disponha de uma formação interdisciplinar isso favorece que o mesmo detenha uma condição mais favorável para a identificação de nexos variados em torno de um dado objeto que só se deixa mostrar através da composição entre distintas perspectivas.

Tomando o objeto como uma espécie de quebra-cabeças, podemos presumir que a tarefa de buscar suas diferentes peças, ou ângulos, pode lograr resultados variados e, inclusive, opostos. Por exemplo: ao serem justapostas, as peças distintas se encaixariam plenamente devido à complementariedade das curvaturas das suas respectivas fronteiras disciplinares e a figura mais clara do quebra-cabeças desvelar-se-ia para o regozijo mútuo; na direção oposta, a tentativa de justaposição poderia evidenciar que as peças são oriundas de quebra-cabeças distintos e inconciliáveis, resultado que, embora frustrante, também permitiria à ciência avançar traçando para cada qual novos rumos e interesses. Um terceiro resultado, só em aparência exitoso, poderia ser obtido através de condições forçadas de encaixe proveniente da deformação de uma ou mais peças, abusando-se dos limites de plasticidade das mesmas. Esse encaixe artificial deveria, por certo, ser evitado, mas tem feito parte da aceleração da velocidade na corrida por visibilidade científica e produtividade. Quem sobe ao pódio por esses meios acaba detendo as condições políticas de filtragem das prioridades científicas e das visões recomendáveis de “verdade” sobre aquele objeto e, portanto, agem na replicação do mesmo ciclo de ilusionismo.

Especificamente em relação à Sociologia, M. Callon e B. Latour (2015) admitiram que a disciplina tem sido levada a enveredar por caminhos igualmente problemáticos. Um deles, o de participar subordinadamente de um esforço de agregação a conteúdos técnicos, mas que tencionam esvaziar o seu conteúdo explicativo. Simplesmente, a “parte social” estaria sendo adicionada ao objeto, mas não participaria da problematização do mesmo. O outro caminho obscuro é o que leva a Sociologia a se colocar acima das disputas disciplinares, numa pretensa emancipação que, contudo, não condiria com a realidade, uma vez que a disciplina é parte constitutiva de embates e não o juiz do jogo. O último e, talvez, o pior dentre os caminhos a escolher, é o do isolamento da Sociologia, segundo os autores,

isto é, manter-se “cultivando o seu próprio jardim” colocando-se deliberadamente à margem das redes interdisciplinares e estabilizando-se apenas ao redor de objetos reduzidos à sua visão. Nenhum desses caminhos é capaz de vencer o maior dos obstáculos a que os referidos autores mencionam: entender o Outro em seus termos e ser entendido pelo Outro nos termos dele. Igualmente, nos caminhos da Geografia, os seus investigadores atravessam percalços semelhantes, que tanto os predispõe a tomá-la como disciplina suficiente na abordagem de objetos multifacetados como os fazem enveredar sem precauções pelo campo minado da “parte social” ou mesmo fecharem-se em discussões que evitam reconhecer a conectividade interdisciplinar. No entanto, esses caminhos são evitáveis e a existência dos mesmos, embora deplorável, não deveria ser razão para perpetuá-los.

Uma ilustração de que há caminhos mais tranquilos para a aceitação da pluralidade interpretativa se dá no tema da memória em relação ao qual, na especialidade de Neurociências, o conceito que o define é completamente distinto daquele empregado nos estudos de Psicologia Social. Desafortunadamente, no tema igualmente multifacetado de riscos tem havido mais beligerância e melindres do que uma oportuna colaboração. Muito raramente se ouve uma voz mais pacificadora disposta a relativizar o seu ponto de vista através de algo como “na perspectiva de meu campo disciplinar” ou “de meu campo teórico” e predominam, assim, verdades totalizantes mutuamente excludentes. Isso indica que o debate em torno dos riscos é um ponto nevrálgico dentro daquilo que P. Bourdieu (1984) definiria como sendo um *campo científico* e no qual as posições disciplinares estariam em franca disputa por reconhecimento e prestígio social; por isso, pouco dispostas a ceder em diálogos e admitir composições híbridas.

Nessas circunstâncias, é plausível supor que investigadores de uma dada disciplina se sintam frequentemente motivados a corrigir os rumos interpretativos da produção científica que ocorre dentro de “seu jardim”, isto é, advertam os seus pares quando a teoria e os métodos não estão sendo empregados de um modo que julgam ser o mais condizente. Isso faz parte da interação social esperada entre os mesmos, assim como é algo que “esquenta” o debate disciplinar devido às justas preocupações internas com o rigor e que devem ser constantes a fim de que a especialidade progrida no uso mais adequado de seu respectivo instrumental. Ademais,

quanto mais dinâmica se mantiver a disciplina na condução de certo tema, maiores as chances de garantia da sua visibilidade e prestígio social. No entanto, é mais delicado eticamente quando as forças de um dado campo disciplinar orientam os rumos de um debate que extrapola os seus domínios e, assim, desvirtuam o uso dos sistemas de classificação das outras disciplinas implicadas. Isso ocorre, por exemplo, quando investigadores de Climatologia elegem o tema de mudanças climáticas nas prioridades de sua agenda; mas, não resistem e se sentem seguros para extrapolar de sua competência disciplinar e interpretar a dinâmica social – fazendo análises e críticas sobre questões institucionais e práticas sociais diversas – ao arripio da Sociologia. Uma vez que essa má prática científica os leve a obter muita visibilidade pública e, por decorrência, galgar as melhores posições no pódio das disputas científicas, seu lugar de poder na comunidade científica pode ser utilizado para impedir e mesmo prejudicar que investigações mais pertinentes da Sociologia, sobre aquele mesmo aspecto abordado, venham a público. Nessa disputa desleal, quem perde é a sociedade, que fica exaurida pelo excesso de informação que lhe chega ao mesmo tempo em que se distancia da verdade científica.

Os diferentes sistemas de classificação adotados pelas respectivas disciplinas não servem apenas para delimitar, decifrar ou manejar a integralidade ou parcela de um dado objeto; agem também como um divisor de poder, isto é, como um obstáculo cultural à entrada de qualquer um que não tenha as devidas credenciais. Isso não é de todo injustificável. Ninguém gostaria de ver um antropólogo fazendo experiências num laboratório de química inorgânica e, de fato, os cientistas sociais não costumam sequer aventar cometer tais atrevimentos e temem por eventuais explosões que poderiam causar, arruinando as condições de realização de experimentos pertinentes. Mas, causa estranheza que um químico ou um meteorologista possam se sentir à vontade para fazer uma decifração social, por assim dizer, invadindo laboratório alheio com aportes de senso comum e provocando um neo-obscurantismo científico.

Diante esse contexto de encontro entre disciplinas, ambigualmente profícuo e corrosivo, muito há que ser feito para superar a proliferação dessas práticas científicas performativas que lutam por sua eficácia simbólica através da simplificação de objetos multifacetados.

O tema de risco no campo das Ciências Sociais

Na medida em que a ciência enveredou pelo rumo de descarte da perspectiva generalista, que havia caracterizado os seus primórdios, e desdobrou-se em variados caminhos disciplinares – dos quais, os mais antigos, como a Matemática, foram se solidificando ao longo dos últimos três séculos, ao passo que outros, como a Ciência da Computação, emergiram e ganharam destaque nas últimas décadas –, o avanço das especialidades cobrou um preço alto relativo à sua aspiração à autonomia, qual seja, o de perder invariavelmente a visão do todo com a qual pretendia ter domínio. No entanto, quanto mais pulsantes se tornaram os contextos econômicos e culturais globais, maiores tem sido as pressões sociais sobre o meio científico, cobrando-lhe convergências disciplinares na busca de modelos explicativos e soluções, que vão, por exemplo, do âmbito de problemas da saúde pública ao do planejamento urbano.

Contudo, essas pressões sociais por novas junções científicas incrementaram, simultaneamente, o seu oposto, ou seja, o ambiente de disputas entre as disciplinas que se sentem disponíveis para fazer frente a tais demandas. Pululam, assim, muitas iniciativas disciplinares para a realocação de conceitos e definições, com experimentações interpretativas exóticas e num contexto diferente daquele que os originou. Dois exemplos disso são os usos dos conceitos de *resiliência* e de *dispositivo*. O conceito de resiliência, oriundo da Física, tem transitado com desenvoltura por várias áreas de conhecimento e com outros significados adaptados de sua acepção original. Enquanto isso, o conceito de dispositivo, que se originou nas Engenharias – correspondendo a um objeto físico ou a engrenagem de uma maquinaria que cumpre uma função específica – foi tomado pelo discurso filosófico foucaultiano para referir-se a uma teia de elementos que envolve desde o desenho institucional e legislação de um país a enunciados científicos e aparatos arquitetônicos que forjam, dentre outros, ajustamentos nos modos de subjetivação de uma sociedade. Mesmo dentro de uma mesma área de conhecimento, tem havido embates intermináveis em torno da exata definição de um dado conceito, como é o caso do conceito de *desastres* – que é aqui tratado como sendo o equivalente português ao de catástrofes – utilizado no âmbito das Ciências Sociais, especialmente, na Sociologia.

Desde os anos de 1940, a empreitada de delimitação do referido conceito se fez presente por meio do estudo de P. Sorokin (1942) sobre os grandes males que desorganizavam por completo as sociedades no início do século XX, a saber: as epidemias, as guerras, as revoluções e a fome. O autor notou que as artes tinham, na época, grande capacidade interpretativa crítica sobre esses distúrbios sociais. Duas décadas após, C. Fritz (1961) refletiu que a singularidade da perspectiva sociológica na definição de desastre estaria em focalizar as especificidades que distúrbios graves como os acima mencionados estariam gerando nos sistemas de sentidos e nas práticas de funcionamento das sociedades envolvidas. Nas décadas seguintes, sob os auspícios da International Sociological Association (ISA), E. Quarantelli fez sucessivas tentativas de discussão disciplinar visando lograr êxito na demarcação de uma definição convergente entre os estudiosos da área neste tema, mas essa tarefa se mostrou ingrata. Uma das ocasiões, ocorridas em 1995, fez E. Quarantelli (1998) ponderar que a definição sociológica de desastre perpassaria a forma de vivenciamento coletivo do estresse – portanto, a dinâmica da vida social – ainda que levasse em conta o evento deflagrador. Após a passagem do furacão Katrina no território americano, nos anos de 2005, E. Quarantelli (2006) reiterou que a variável fundamental para se entender sociologicamente um desastre, no seu nível catastrófico, seria o nível de organização social e política para enfrentar certos tipos de ameaças. O autor lembra que um furacão que atravessasse vários territórios faz um número diferente de vítimas em cada um deles, de acordo não apenas com o vigor do evento em si, mas também devido aos diferentes níveis de vulnerabilidade dos sujeitos que se deparam com esse evento, as suas respectivas escolhas construtivas, o funcionamento das suas redes de relações para a preparação ou alívio do sofrimento social decorrente, entre outros aspectos.

Embora o autor enfatize a dimensão sociológica do problema, reconhecemos que os elementos acima são também atinentes a outras disciplinas. Poderíamos elencar que um meteorologista estaria mais apto a explicar as razões de surgimento e intensidade desse fenômeno climático, consorciado a um geógrafo que mapearia a sua extensão e caracterizaria a paisagem física afetada, ao passo que historiadores, economistas e sociólogos estariam mais aptos a delinear as

características sociais que suscitaram a vulnerabilidade dos sujeitos inseridos naquela circunscrição; enquanto isso, antropólogos, arquitetos e engenheiros contribuiriam com explicações acerca das dimensões, respectivamente, simbólicas e tecnológicas relacionadas às escolhas construtivas das comunidades afetadas e, por fim, sociólogos, assistentes sociais e psicólogos discorreriam sobre as fragilidades comunitárias e subjetivas para lidarem com a situação. Essa é uma ilustração que, embora incompleta, mostra como diferentes disciplinas podem trabalhar cooperativamente em subsistemas cujas intersecções desenham com mais pertinência um panorama aproximado do real. No entanto, se uma disciplina se aventura a transcender da sua competência para enveredar em uma explicação que é pertinente a outros subsistemas, o panorama tende a ficar distorcido e a própria ideia de ciência, que delimita muito claramente os campos de domínio das distintas especialidades, fica comprometida.

Uma multiplicidade de abordagens possíveis ocorre também no tratamento do tema dos riscos, conforme a alentada revisão da literatura realizada, na década de 1990, por J. Guivant (1998) demonstrou, dando foco especial, mas não exclusivo, nas Ciências Sociais. Dentre outros aspectos, a referida autora identificou o fortalecimento simultâneo de duas correntes distintas no tráfego do debate nesse tema: de um lado, o construcionismo e de outro o realismo. No construcionismo, uma das principais expoentes foi M. Douglas (1994) que, desde a perspectiva da antropologia, foi muito além das dimensões subjetivas do processo de territorialização e elucidou, de um lado, os confrontos na esfera coletiva das representações do lugar e, de outro, as formas violentas de controle institucional que negam os projetos de vida estabelecidos pelos setores empobrecidos. Um aspecto igualmente relevante do pensamento de M. Douglas e A. Wildavsky (1983) sobre a problemática da produção social dos riscos na contemporaneidade dizia respeito à preocupação de ambos com a visão insistentemente compartimentalizada dos agentes políticos e produtivos destacados do meio social das nações dominantes, o que incrementava sinergias decisórias potencialmente catastróficas. Na vertente do realismo, U. Beck (1992) ganhou um papel destacado quando considerou que, hodiernamente, vive-se numa *sociedade de risco*, caracterizada por produtos e processos tecnológicos

que ressaltam o seu compromisso com o bem-estar, individual ou coletivo, mas que geram, simultaneamente, prejuízos de toda a ordem (à saúde, ao ambiente, à mobilidade urbana etc). Porém, U. Beck (1999) tenta refutar o seu enquadramento como realista para simplesmente se definir como um cientista pragmático, que também se aproxima da abordagem construcionista para entender a complexidade e ambivalência dos riscos na sociedade contemporânea. Para ele, o conceito de risco se encontra no ponto intermediário entre o de segurança e destruição. Em suas palavras (U. Beck, 1999:135), trata-se de um peculiar *status* “*no longer trust/security, not yet destruction/disaster*”.

Mais tarde, J. Guivant (2002) fará referência a um construtivismo fraco como uma abordagem relativamente conciliatória, que interseccionaria a existência objetiva de riscos com o universo cultural dos sujeitos envolvidos, isto é, suas variadas percepções e significados dos acontecimentos no mundo sensível. Em última instância, o construtivismo fraco possibilitaria um exercício bidirecional permanente que evitaria que os especialistas do meio físico se julgassem num controle pretensamente neutro e absoluto da verdade sobre riscos assim como evitaria um relativismo cultural desenfreado. Assim, as explicações passaram a ser tratadas de um modo interdependente. Uma ilustração disso seria conceber as condições histórico-sociais como condicionantes das direções tomadas pelo meio técnico assim como conceber que as transformações objetivas operadas pelo último alterariam as condições histórico-sociais. Isso nos remete, novamente, a E. Morin (1998:108) quando assevera que, no âmbito do saber-fazer das ciências que se dedicam à explicação das coisas no mundo sensível, é preciso manter atenção ao fato de que “*as informações não existem na natureza, somos nós que as extraímos da natureza: nós transformamos os acontecimentos ou coisas em signos*”; portanto, tais signos são suscetíveis a mutações conforme as exigências da dinâmica sociocultural do meio em que esse saber-fazer se desenrola, o que revela o espaço de reflexão das Ciências Sociais.

Enquanto as Ciências Sociais procuram adquirir alguma visibilidade no tema dos riscos, A. Cardoso (2006) salienta que as Ciências Médicas, desde há muito, se impuseram nesse debate para pensar questões de saúde. No entanto, continua o autor, isso ressaltou algumas deturpações analíticas

quando as explicações dominantes em torno de riscos associados a certas doenças transmissíveis acabaram por perpassar assuntos de comportamento social, no caso das doenças sexualmente transmissíveis, e de saneamento, no caso de doenças de veiculação hídrica. A ultrapassagem de suas fronteiras levava à adição, a bel prazer, de uma alta carga de julgamento moral sobre o modo de vida dos infectados, suscitando a sua estigmatização social.

Uma década após o autor ter observado isso, vemos que, no Brasil, ainda prevalece um discurso jornalístico que, na cobertura sobre as medidas de combate ao mosquito *aedes aegypti* – transmissor de doenças graves, como a dengue e o zika vírus –, responsabiliza as famílias residentes nas periferias urbanas pela forma inadequada de disposição do lixo doméstico e de seus reservatórios improvisados de água, os quais estariam servindo de criatórios para a reprodução do referido mosquito. Esse discurso jornalístico é claramente influenciado por uma visão médica propensa à individualização da responsabilidade em questões de saúde e que, assim, deixa arbitrariamente opaca a problemática relação de responsabilidade do Estado com o cidadão desprovido de acesso aos serviços e equipamentos adequados de saneamento público. Talvez, mais do que opaca: perverte essa relação. Nesse aspecto, a geografia tem, igualmente, escolhas: tanto pode contribuir, em seu esforço disciplinar, para mapear as chamadas ‘áreas de risco’ de epidemia e reforçar interpretações que elevem o tom acusatório aos moradores aí inseridos, quanto pode contribuir para analisar o processo de segregação social que torna esses moradores vulneráveis. Tem potencial, ainda, para averiguar o espraiamento temporal e espacial dessas “*áreas de risco*” vis-à-vis o modelo de desenvolvimento urbano adotado pelo Estado. Não resta dúvida de que essa última opção analítica poderia se inspirar na Geografia humanista e crítica de M. Santos (1985; 1988; 1993), que num diálogo profícuo com a Sociologia e a Economia, configura no espaço as desigualdades sociais inerentes ao acelerado processo de urbanização movido, de modo específico, pela especulação imobiliária e, de modo geral, pela concentração capitalista. As disputas internas na Geografia dirão qual escolha será feita e ganhará maior visibilidade.

As muitas memórias

Dentro das Humanidades, o debate sobre o tema da memória tem sido muito fértil nas últimas décadas. Uma das vertentes sociológicas, capitaneada por M. Halbwachs (2006), se refere à memória social como um misto de associações e tensões entre a memória institucional e as memórias individuais, o que complementa M. Pollak (1989): é nas assimetrias e colisões entre as mesmas que nascem as memórias subterrâneas. Outra, na Psicologia Social, que tem E. Bosi (1979) como referência, defende dois aspectos fundamentais: o primeiro, o de que a prática de rememoração é deflagrada pelo sujeito, mas transcende a sua subjetividade e perpassa as suas circunstâncias sociais de vida, é dizer, o meio social se revela por meio das lembranças do indivíduo; o segundo aspecto se refere à questão de que a rememoração não deve ser tratada como um ato de trazer à tona um passado intocado, mas uma prática de ressignificá-lo através do presente, de modo que a memória está atrelada simultaneamente a essas duas temporalidades.

Ainda na perspectiva sociológica, a memória coletiva é vista como o elemento central de uma tradição que é revalidada cotidianamente por uma sociedade, a distinguindo identitariamente de outras e possibilitando a coesão entre os seus grupos constituintes, conforme assinalou A. Giddens (1991;1997). Contudo, para o referido autor, a temporalidade que norteia tais memórias tradicionais estaria sendo impiedosamente corroída pela temporalidade da modernidade, através de novos conteúdos simbólicos e materiais apreendidos acriticamente pelos diversos povos e lugares do mundo, dissolvendo-os numa cultura nova e pasteurizada. A eventual reação social local à sua plena mimetização é considerada pelos sujeitos dominantes como *atraso*, discurso esse que visa diminuir o valor simbólico das diferenças culturais.

No diálogo entre a Antropologia e a Sociologia, o estudo sobre memória tem adquirido crescente destaque através de estudos etnográficos, como o realizado por A. L. C. Rocha e C. Eckert (2013) abordando a experiência do viver numa metrópole contemporânea brasileira. As autoras tratam de demarcar os espaços disciplinares e asseveram que, enquanto a dimensão

do imaginário faz parte do exercício corrente da Antropologia, a análise das formas sensíveis da vida social são objeto da Sociologia. Ao invés de se dedicarem, em sua obra, à interpretação de informações provenientes daquilo que denominam como “caminhos fáceis” da memória coletiva, quais sejam, o da monumentalidade de estruturas espaciais de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos e os conjuntos documentais de museus, as autoras se dedicaram a pensar a memória coletiva através da imaginação – dos jogos da memória e do esquecimento – de seus habitantes. As autoras argumentam que a prática imaginativa permite a subversão do tempo e a reinvenção do sentido de “duração” e molda, assim, a estabilidade do ser, escapando ao sentido cronológico convencional. As autoras avançam nessa direção valorizando uma perspectiva bergsoniana: “*O indivíduo se reconhece na experiência de ser que pode lembrar, capaz de conotar uma identificação do que em suas práticas e seus saberes o conservam por inteiro em relação à alteridade, que não o ameaça*” (A. L. C Rocha e C. Eckert, 2013: 33).

A memória coletiva em torno do espaço também percorre o universo imaginativo da literatura e das artes em geral. No inspirado encontro entre a Filosofia e a Literatura, se destaca o estudo fulcral de G. Bachelard (2003), *A Poética do Espaço*. Nessa obra exuberante, o referido autor discorre sobre a riqueza e a pluralidade da imagem poética, a qual não estaria nos cantos recônditos do passado nem nas referências objetivas, mas no centro da alma, onde repousa a *consciência sonhadora*. A imaginação, assim, não teria compromisso com uma revelação do mundo sensível, mas sim com a da natureza humana que o interpreta movido por um sentimento amistoso, uma *topofilia*, associada à proteção dos “*espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados [...] O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido*” (G. Bachelard, 2003:19), o qual a interioridade do sujeito e a exterioridade de suas circunstâncias se imiscuem. Por isso, o autor arremata: “*Nossa alma é uma morada. E, lembrando-nos das “casas”, dos “apostos”, aprendemos a “morar” em nós mesmos. Já podemos ver que as imagens da casa caminham nos dois sentidos: estão em nós tanto quanto estamos nelas*” (G. Bachelard, 2003:19).

Por fim, vale a pena salientar que, na perspectiva da Geografia Humana, a paisagem material das moradas também ganha outro sentido compartilhado socialmente: o de configurar uma estratégia humana de controle das forças hostis da natureza. Isso é salientado por Y. F. Tuan (2005: 12) que arremata que a casa é “*uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos dos elementos; é uma lembrança constante da vulnerabilidade humana*”.

Demarcação disciplinar e exercícios de aproximação

A síntese acima teve o propósito de enfatizar a necessidade de diálogo, mas também, a dificuldade de sua consecução decorrente da multiplicidade de caminhos interpretativos existentes e outras questões em jogo. Isso, talvez, auxilie o leitor no entendimento do caminho pedregoso envolvido nas tentativas de aproximação entre diferentes disciplinas.

Dito isso, e de um modo apenas ilustrativo, gostaríamos de salientar alguns momentos da trajetória intelectual de A. S. Pedrosa, através de alguns excertos de seus textos individuais ou em colaboração. Neles, tanto transparece algo de sua ênfase na posição disciplinar de cunho mais totalizante quanto sua tendência dialógica que se acentua em textos mais recentes. Conforme dissemos ao início, aqui espargirmos apenas algumas pistas, sem pretensão de análise; a intenção foi a de que o leitor interessado iniciasse a leitura desses excertos para, intrigado, buscasse por si mesmo tantos outros elementos que venham a provar ou refutar os indícios aqui levantados.

Quando discorreu sobre riscos, na perspectiva da Geografia, em sua componente física, A. S. Pedrosa (2012) deixou muito nítido o seu esforço para explicitar o lugar disciplinar diante um problema muito abrangente – iniciativa convergente com a que L. Lourenço (2015) tem insistentemente feito –, o que deveria servir como exemplo para que outros campos disciplinares fizessem o mesmo. No entanto, desde esse ponto virtuoso de partida, passou também a analisar aspectos institucionais e sociais que, a nosso ver, ultrapassaram a sua

expertise e, inadvertidamente, resvalaram perigosamente numa simplificação de um objeto complexo, o que não ajuda muito na compreensão pública desse tema.

Em relação ao primeiro aspeto, A. S. Pedrosa menciona a relação dinâmica entre o meio físico e a ação humana; então, passa a delimitar a sua visão sobre riscos naturais e, de modo complementar, procura identificar o campo da Geomorfologia e, a seguir, a função do geógrafo na gestão do problema:

“Assim, será primordialmente função do geógrafo avaliar a probabilidade de ocorrência de fenômenos físicos potencialmente perigosos, na sua dimensão espacial e temporal. Por outro lado, o geógrafo poderá também contribuir para avaliar em que medida a ocupação do espaço pelo homem e suas atividades podem agravar o grau de risco. Estamos já no domínio da vulnerabilidade” (A. S. Pedrosa, 2012: 22).

“A preparação dos sistemas de resposta à crise é, em grande medida, facilitada pela integração de toda a informação em sistemas de informação geográfica, ferramenta que os geógrafos deverão saber dominar e aplicar na gestão de riscos naturais” (A. S. Pedrosa, 2012: 23).

Ao entrar nessa seara da vulnerabilidade, foi enumerando variáveis (estrato social, resistência de edificações, organização institucional, percepção, consciência etc) que, sabemos, são o centro de outras disciplinas e problematizações teóricas e metodológicas de maior densidade. Mas, optou por deixar de explicitá-lo e fez uma tentativa de manejo autônoma, como no trecho abaixo:

“Existindo consciência por parte da sociedade a respeito da presença de um determinado risco, ela terá de fazer uma análise de custo e benefício a fim de definir o seu grau de risco aceitável (aquele em que não existem medidas de mitigação ativas), tolerável (aquele que só aceita a existência de estratégias preventivas operantes) e intolerável (aquele que exige a evacuação de bens e pessoas)” (A. S. Pedrosa, 2012: 22).

Tal concepção de sociedade – vendo-a como um sujeito monolítico, dotado de uma única consciência – suscitou, naturalmente, um entrechoque com as Ciências Sociais, cujas fronteiras poderia ter eventualmente identificado e anunciado. A perspectiva quase bicentenária das Ciências Sociais não permitiria pensar a ideia de sociedade senão através de diferentes sujeitos que se organizam por meio de interações dinâmicas de coesão e conflito e que, portanto, não opera por meio de uma única lógica para estabelecer o que seja socialmente aceitável ou não. Os principais estudiosos em História e Filosofia teriam similar dificuldade para admitir a ideia de existência de uma única consciência a servir como filtro para que riscos fossem identificados e examinados à luz de um método pacificamente acordado por uma sociedade homogênea. O que está subentendido nesse fio condutor é que há irracionalidade na ação humana de todos os demais que não compartilhem dessa visão e método.

Esse momento que, a nosso ver, foi menos brilhante, pois evidenciou uma incursão além-fronteira muito temerária, foi amplamente compensado por outros momentos mais inspiradores e que jogariam mais luzes em objetos contemporâneos multifacetados.

É notável ver que, quando passou a se dedicar a outros temas, como o dos ecomuseus e espaços muito peculiares – como o das exuberantes montanhas do Norte de Portugal ou o dos faxinais paranaenses ou o das paisagens do Triângulo Mineiro –, o seu diálogo com as Ciências Sociais se tornou mais fluido, sobretudo na relação com temas pertinentes à Antropologia, uma vez que houve grande consideração para com as especificidades culturais que permeavam a concepção desses espaços abertos de produção material da existência e de memória. Ademais, sinalizou maior flexibilidade para compreender a relativa hibridização entre o meio social e o meio físico, vendo-os de um modo mais indissociável. Os excertos abaixo, provenientes de diferentes artigos individuais ou com colaboradores, sinalizam visivelmente essa disposição para intersecções disciplinares:

“Esse novo conceito [ecomuseu] caracteriza-se por ser um espaço aberto, um espaço de povoação, de representatividade da identidade da população e, mesmo de ordenamento de território com intenção de definir

uma estratégia de desenvolvimento dinâmico da região em que se insere tendo em atenção os valores culturais do presente, mas preservando os do passado como forma de pensar o futuro nas suas diversas formas de sustentabilidade” (A. S. Pedrosa, 2014: 204).

“[...] é, ainda, preciso considerar que se deve ter em conta e existência de bens culturais que terão de ser entendidos nos respectivos contextos, já que pelo seu valor testemunhal, possuem uma relação interpretativa e informativa apenas entendível na conjuntura em que se desenvolvem” (A. S. Pedrosa, 2014: 207).

“Recorremos à economia moral [...] que nos pode fornecer elementos fundamentais para a superação da dicotomia tradicional-moderno, uma vez que os discursos desagregadores sobre os faxinais têm como base o que chamam de arcaísmo produtivo destes, sinalizando-o como sendo o principal problema destas comunidades, e escondem deliberadamente todo o valor agregado que possuem, no que se refere às questões de sustentabilidade ecológica, de produção de qualidade que se pode obter através de métodos que rejeitam os agrotóxicos e, ainda, de um patrimônio cultural agregado ao longo da história destes povos e território” (T. Barbosa e A. S. Pedrosa, 2013:03).

“O conceito de paisagem não é exclusivo da geografia, mas sempre teve grande relevância para a disciplina, estabelecendo-se como um de seus conceitos-chave, em constante (re)discussão. De facto ao caracterizar-se por uma forte polissemia e possuir um domínio de significância extremamente vasto [...] A própria origem da palavra é complexa [...] os significados da palavra “paisagem”, também ambíguos, revelam que ela não é apenas a condição estática de um espaço observado por um sujeito, mas é também a produção do espaço e sua representação o que a insere numa perspectiva dinâmica e diacrônica em sua conceituação e significados” (A. S. Pedrosa e R. C. M. Souza, 2014:02).

“Mediante o exposto cabe compreender que as paisagens são enfim representações. Isso complexiza imensamente a reflexão acerca das manifestações paisagísticas no caso de países com vastidões territoriais como o caso brasileiro” (A. S. Pedrosa e R. C. M. Souza, 2014, 4).

“Deste modo, podemos considerá-los [os espaços de montanha] como paisagens culturais, pois traduzem a evolução das sociedades humanas e contam a história da ocupação e apropriação do meio físico ao longo dos tempos” (A. S. Pedrosa, 2013a).

“[...] uma rota turística não deve restringir-se ao traçar de um dado trajeto, tendo por missão dar visibilidade a todas as dimensões da paisagem e contribuir para a compreensão da interação de fatores que se encontram na sua gênese” (A. S. Pedrosa, 2013b).

Essa sucinta recuperação de trechos de diferentes trabalhos aponta para uma crescente disposição ao diálogo; caminho que, esperamos, os colaboradores de A.S.Pedrosa continuem perseguindo porque o século XXI está a exigí-lo.

Conclusão

Um insuspeito historiador, E. Hobsbawm (2009), examinando as grandes mudanças sociais havidas em meados do século XIX, ponderou sobre como a ciência pura teve que adotar maior flexibilidade para acompanhar apropriadamente as exigências do tempo, o que se mantém atualíssimo e premente nos dias de hoje. Diz ele:

“[...] mesmo o mais apaixonado crente na imaculada ciência pura é consciente de que o pensamento científico pode ser influenciado por questões alheias ao campo específico de sua disciplina [...]. O progresso da ciência não é um simples avanço linear, cada estágio determinando

a solução de problemas anteriormente implícitos ou explícitos nele, e por sua vez colocando novos problemas. Este avanço também acontece pela descoberta de novos problemas, de novas maneiras de abordar os antigos, de novas maneiras de enfrentar ou solucionar velhos problemas, de campos de investigação inteiramente novos, de novos instrumentos práticos e teóricos de investigação. Em todo ele há um grande espaço para o estímulo ou a formação do pensamento através de fatores externos”
(E. Hobsbawm, 2009: 436).

Nesse início do século XXI, a comunidade científica global se depara com duas armadilhas, das quais têm sido difícil se esquivar. De um lado, se vê pressionada a aprofundar os conhecimentos no âmbito de suas respectivas especialidades a fim de alcançar celeremente um patamar adiante no interior de cada área. De outro, tem sido compelida a favorecer aproximações entre distintas espacialidades, áreas e saberes, para mais rapidamente extrair das diferenças alguns saltos de conhecimentos. Em termos sociológicos, tais armadilhas são equiparavelmente tentadoras. O fortalecimento dos vínculos intra-disciplinares entre especialistas os levam a reforçar certos *habitus* que agem como vigorosas barreiras quando defronte a outros tipos de reflexão. A tendência comportamental esquiva dos mesmos explicita sentidos de estranhamento e rechaço ao Outro. Porém, pode haver uma relação de dominação escondida atrás de comportamentos colaborativos. Assim, para escapar de ambas as armadilhas, seria imprescindível ir um passo além da performática distância inconciliável ou de uma convivência apenas superficialmente amistosa com o Outro. Trata-se, pois, de um balanço delicado entre uma sociabilidade voltada para dentro e para fora do grupo disciplinar.

As circunstâncias sociais acima foram aquelas com as quais o Prof. Pedrosa se deparou e, na evolução dos textos produzidos nos últimos anos de sua vida, nos pareceu nítido que a defesa intransigente de seu campo disciplinar não o impediu de, progressivamente, ir exercitando uma compreensão crescente da alteridade científica.

Sendo essa a síntese de um diálogo que gostaríamos de ter tido frontalmente com A. S. Pedrosa, mas cujas circunstâncias adversas o inviabilizou, resta-nos tão somente o desejo de que seus alunos e orientados, sem descurar daquilo que é pertinente a seu campo e competência na Geografia Física, possam seguir sem destemor essa mesmo caminho profícuo de aproximação com as Ciências Sociais, pois, se não fosse por outro motivo, o sombrio avanço de crises socio-ambientais assim o exige.

Referências bibliográficas

- Acserald, Henri (2014). A crítica do “ambiente” e o ambiente da crítica. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 36, p. 27-47.
- Bachelard, Gaston (1993). *A poética do espaço*. São Paulo, Martins Fontes. 242 p.
- Barbosa, Túlio, Pedrosa, A. S. (2013). *Configurações*, Braga, v.11, p. 77-98.
- Beck, Ulrich (1992). *Risk Society: towards a new modernity*. Londres, Sage. 272 p.
- Beck, Ulrich (1999). *World risk society*. Cambridge and Malden, Polity Press and Blackwell Publishers Ltd. 184 p.
- Bosi, Ecléa (1979). *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz Editora, 488 p.
- Bourdieu, Pierre (1984). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.322p. (7.a ed.)
- Callon, Michel, Latour, Bruno (2015). Por uma sociologia relativamente exata. *Cadernos do Sociófilo*, Sexto Caderno, p. 21-64. Disponível em:
http://sociofilo.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2016/02/2_Callon_Latour1.pdf
- Cardoso, Adauto (2006). Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro, *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p. 27-48.
- Douglas, Mary, Wildavsky, Aaron (1983). *Risk and culture – and essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley, University of California Press, 221 p.
- Douglas, Mary. (1994) *Risk and Blame: essays in cultural theory*. New York, Routledge, 323 p.
- Fritz, Charles (1961). Disasters. In R. Merton and R. Nisbet (eds). *Social Problems*. New York, Harcourt Brace, p. 651-694.
- Giddens, Anthony (1997). A vida em uma sociedade pós-tradicional. In A. Giddens, U. Beck, S. Lash (orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*, São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 11-71.
- Giddens, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, EdUNESP, 156 p.
- Guivant, Júlia S. (1998). Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. *BIB. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n.2, p. 3-38.
- Guivant, Júlia S. (2002). Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 5, p. 89-99.
- Halbwachs, Maurice (2006). *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 182 p.

- Hobsbawm, Eric J. (2009). *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 535 p. (25.a ed)
- Lourenço, Luciano (2015). Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização. In: A. Siqueira, N. Valencio, M. Siena. M. Malagoli (ogs). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*. São Carlos, RiMa Editora, 3-43.
- Morin, Edgar (1998). *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa, Publicações Europa-América, 112 p.
- Pedrosa, António de Sousa (2012). O geógrafo como técnico fundamental no processo de gestão dos riscos naturais. *Boletim Goiano de Geografia (Impresso)*, Goiânia, v. 32, p. 11-30.
- Pedrosa, António de Sousa (2013a). As montanhas do noroeste de Portugal: uma paisagem cultural. *Rev. Cosmos*, v. 6, n. 1, p. 7-65.
- Pedrosa, António de Sousa (2013b). A rota cultural na senda da paisagem, da cultura, do património, das tradições, das lendas: o exemplo do Alto Barroso (Norte de Portugal). *Geografia Ensino & Pesquisa*, Camobi, v. 17. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/view/9205>.
- Pedrosa, António de Sousa (2014). Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local. *Cuad. Geogr.*, Bogotá, v. 23, n. 2, jul. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-15X2014000200013&lng=es&nrm=iso.
- Pedrosa, António de Sousa, Souza, Rita de Cássia Martins (2014). O Sistema de Informação Geográfica e a cartografia das Unidades de Paisagem: o exemplo do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Gramado. *Anais do XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento, XXV Expositarta*.
- Pollak, Michael (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, p.3-15.
- Quarantelli, Enrico L. (1998). Epilogue. In: E.L. Quarantelli (ed). *What is a disaster? Perspectives on the question*. London, New York, Routledge, p. 234-273.
- Quarantelli, Enrico L. (2006). Catastrophes are different from disasters: some implications for crisis planning and managing drawn from Katrina. *Understanding Katrina Essay Forum: perspectives from the social sciences*. Social Science Research Council, New York, 11 jun. 2006. Disponível em: <http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>.
- Rocha, Ana Luiza Carvalho, Eckert, Cornelia (2013). *Etnografia da duração – antropologia das memórias coletivas nas coleções etnográficas*. Porto Alegre, Marcavivisual, 256 p.
- Santos, Milton (1985). *Espaço e Método*. São Paulo, Hucitec, 88 p.
- Santos, Milton (1988). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo, Hucitec, 124 p.
- Santos, Milton (1993). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 174 p.
- Sorokin, Pitirim A (1942). *Man and society in calamity. The effects of war, revolution, famine, pestilence upon human mind, behaviour, social organization and cultural life*. New York, E. P. Dutton and Company Inc., 353 p.
- Tuan, Yi-Fu (2005). *Paisagem do medo*. São Paulo, Editora UNESP, 374p.
- Valencio, Norma (2015). Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa. In: A. Siqueira, N. Valencio, M. Siena. M. Malagoli (ogs). *Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*. São Carlos, RiMa Editora, p. 79-120.